

-----**ATA N.º 21/2012**-----

-----Aos 27 dias do mês de setembro de 2012, pelas 16:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por fazer um breve enquadramento da ordem de trabalhos.-----

-----Começou por dizer que o Município de Celorico da Beira encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, de acordo com o último balanço aprovado e o SIAAL. Nesta sequência, de acordo com o n.º 41.º, da Lei das Finanças Locais, os municípios que se encontrem nesta situação deverão estar sujeitos a um plano de reestruturação financeira, que se anexa a esta ata (**anexo I**).-----

-----Sobre o assunto o Senhor **Vereador António Silva** frisou que esta reunião e a próxima da Assembleia Municipal serão de suma importância para o concelho de Celorico da Beira, onde se irá decidir a estabilização financeira da autarquia, face ao histórico que apresenta. Relativamente ao plano de reequilíbrio financeiro, referiu que desde 2005, que vem dizendo que esta autarquia preenchia os requisitos para reequilíbrio.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao ROC responsável pela elaboração do plano de reequilíbrio, Dr. Martins da Cunha, que começou por dizer que a Lei das Finanças Locais em conjunto com o Decreto-lei n.º 38/2008, 7/3, indicam os requisitos para ser declarado o desequilíbrio financeiro estrutural, quer seja por iniciativa do município ou pelo governo (DGAL). Da análise desses requisitos e de acordo com o último balanço aprovado e do SIAAL, o Município de Celorico da Beira encontra-se em situação de desequilíbrio financeiro estrutural.-----

-----Nesta sequência, o Município iniciou a elaboração de um plano de reequilíbrio financeiro, que terá que necessariamente acompanhar a declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural do município.--

-----No entanto, ainda no decorrer da elaboração deste plano, a tutela criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que visa o pagamento das dívidas dos Municípios com mais de 90 dias registadas na DGAL a 31/3/2012. Informou que o PAEL integra dois programas, I e II, sendo que o município de Celorico da Beira, dado estar em situação de desequilíbrio financeiro estrutural, está incluído no programa I.-----

-----Esclareceu que o PAEL tem uma taxa de juro menor, comparativamente com a praticada no mercado e tem como principal objetivo limpar a dívida e consolidar os passivos financeiros. -----

-----Informou que a urgência na realização desta reunião e da reunião da Assembleia Municipal prende-se com o facto de a portaria do PAEL ter sido publicada e ter dado somente 15 dias aos municípios para concluírem os procedimentos e poderem aderir, o que é manifestamente, pouco tempo. ---

-----Referiu que está subjacente a este programa que não haverá por parte da autarquia qualquer aumento da dívida, situação que também já está acautelada pela Lei dos Compromissos.-----

-----Esclareceu que o não cumprimento desta lei poderá ter consequências graves, não só para o município, como também para o Executivo, uma vez que passa a haver responsabilidade jurídica, caso assumam uma dívida que a autarquia não tenha condições para pagar, será o elemento do Executivo que a autorizou a ser responsável pelo seu pagamento.-----

-----Relativamente à situação de desequilíbrio financeiro estrutural informou que, existem duas possibilidades, para o caso de Celorico da Beira, uma vez que preenche os requisitos:-----

-----Ser declarado por iniciativa do Município, ou através de despacho conjunto dos membros do governo que tutelam esta área, após comunicação da DGAL.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** nos termos do PAEL questionou se, caso o município entre em incumprimento, serão obrigados a aumentar taxas, das águas, saneamento e IMI.-----

-----Segundo o Dr. Martins da Cunha a Lei 38/2008 é mais penalizadora que o PAEL. Disse que os planos vão ser monitorizados pelo Tribunal de Contas, DGE e DGAL, pelo que, terão que ser cumpridos escrupulosamente.-----

-----Disse ainda, que o município tem dificuldades em angariar receitas próprias, no caso de Celorico da Beira existem três fontes principais de receita, ou seja, o FEF, o IMI e as receitas provenientes da água e resíduos. O IMI segundo o PAEL pode ser aplicado o do ano anterior, que no caso concreto já era o máximo. Relativamente ao FEF há o compromisso que as transferências não irão diminuir, bem como, deixará

de existir retenções. No que diz respeito às receitas da água e resíduos, dependem da ERSAR. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou como é que pode acreditar na bondade deste estudo, com base nos pressupostos de redução de pessoal, encargos correntes, redução de transferências correntes, quando é sabido que o município, o que sempre fez foi aumentar significativamente estas rubricas. -----

-----Disse que segundo o Senhor Vereador do Pelouro Financeiro, esta situação já vem de 2005, não percebe porque é que estas medidas que agora apresentam não foram logo executadas. -----

-----Referiu que esta autarquia andou a financiar-se à custa dos fornecedores. -----

-----Disse que, se a autarquia não mudar a estrutura de custos, sendo o aumento das receitas mínimo, não acredita que este plano seja exequível. Disse que não tem qualquer garantia que daqui a um ano não entrem em incumprimento, ficando ainda pior que agora. -----

-----Segundo o Dr. Martins da Cunha vai haver um acompanhamento efetivo por parte da DGAL. Referiu que o conceito, comparativamente com o que se podia fazer em anos anteriores, mudou muito, em termos de controlo. Disse que quando verificarem desvios vão intervir imediatamente. Referiu que os Vereadores poderão ter um papel ativo, controlando a despesa, imposição já existente por força da Lei dos Compromissos. -----

-----Referiu que, atualmente a figura de Presidente da Câmara é a de um mero gestor de folha de Excel, só faz obra se tiver dinheiro para a fazer. ----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou ainda sobre quais eram as medidas efetivas em termos de redução de recursos humanos, porque, da análise do estudo, nada se podia concluir. No entanto, esta

rubrica representa um volume significativo em termos de despesas correntes. -----

-----Questionou ainda, se por parte das instituições bancárias o financiamento era garantido, ou poderá haver alguma incerteza. -----

-----Pretendeu ainda saber quais foram as linhas de orientação que o Senhor Presidente da Câmara deu ao técnico responsável, para a execução do plano, bem como, qual foi o envolvimento dos funcionários para melhorar a racionalização dos recursos.-----

-----No uso da palavra, o Dr. Martins da Cunha esclareceu que o Município tem atuado indiretamente, por via das reduções salariais impostas pelo governo, mas, também, através da não renovação de contratos e, aposentações.-----

-----Relativamente à dispensa de funcionários, esclareceu que não existe quadro legal que permita essa situação. -----

-----Esclareceu que foram consultadas diferentes instituições bancárias e que o PAEL é uma garantia de financiamento, mas ainda não têm nada em concreto. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente aos recursos humanos esclareceu que houve uma redução de 26%, esta redução foi superior ao exigido em orçamento de estado (3%), mas o excesso não pode transitar para o ano seguinte, caso seja novamente exigido a redução em orçamento de estado. No entanto, a autarquia prevê que possa haver uma diminuição através de cessação de contratos e aposentações.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a questão dos Recursos Humanos é uma questão transversal a todas as autarquias do Interior, que assumiram no seu passado o papel de principal empregador, o que provocou um aumento significativo das despesas com Pessoal. -----

-----Referiu que as despesas com Pessoal diminuíram em 26%, no 1.º semestre, fruto do esforço do Executivo em racionalizar recursos e também das medidas impostas pela tutela (cortes nos subsídios), com tendência a normalizar no 2.º semestre. -----

-----Referiu que a elaboração de um estudo desta natureza implica um conhecimento das áreas de intervenção da autarquia para que se definam estratégias que permitam uma redução de custos. Terá que haver uma atenção especial relativamente à atribuição de subsídios, bem como uma cooperação com as Juntas de Freguesias e por último o investimento terá que se cingir ao que está em candidaturas. -----

-----Frisou que terá que ser dada uma especial atenção à questão da EMCEL, com a obrigatoriedade de haver uma reflexão profunda por parte do Executivo e por imposição da lei, até final do ano. -----

-----Em matéria de Pessoal referiu que a evolução do estudo deu cumprimento à lei, 1.º ano redução de 3%, que se resolveu com a cessação de contratos de aposentações, houve também uma redução na despesa com trabalho extra e ações de formações, que se irá manter. -----

-----No que concerne às taxas da água e saneamento, referiu que a autarquia já está obrigada a praticar as taxas máximas, independentemente do PAEL e do reequilíbrio financeiro. -----

-----Disse que em relação ao QREN, durante a aprovação do orçamento referiu que era necessário acelerar as candidaturas, para conseguirem o prémio de execução, que poderia chegar a 85%, como de facto aconteceu.-

-----Referiu que se prevê que sejam executados investimentos co-financiados de 4,5 milhões de euros, com uma média de comparticipação estimada de 80%, estando inscritos, entre outros, os seguintes projetos “Parque Industrial A25”, “Pista de Pesca da Ratoeira” e “Biblioteca Municipal”. -----

-----Informou que o Centro Escolar não está contemplado no plano de reequilíbrio, mas com a folga das atualizações das taxas de

comparticipação, para 85% somado à despesa prevista para investimento, no plano de reequilíbrio, poderá o Município avançar com este projeto.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** começou por dizer que ficou perplexo quando ouviu o Senhor Vereador António Silva referir que a autarquia já reunia condições para entrar em reequilíbrio financeiro desde 2005, questionando o que andaram a fazer durante estes sete anos. -----

-----Disse que relativamente às despesas destes sete anos, foram tomadas medidas “populistas”, troca de votos por emprego, e nesta sequência tem algum receio que o plano de reequilíbrio não venha a ser cumprido.-----

-----Pretendeu saber, numa ótica de racionalização de custos, o porquê de ser convocada uma sessão extraordinária da Assembleia para o dia 3 de outubro, para discutir este assunto, quando vai ser realizada uma sessão ordinária no dia 28 de setembro. Pretendeu saber se não podia ser no mesmo dia, poupando assim dinheiro à autarquia. -----

-----No uso da palavra, o Dr. Martins da Cunha esclareceu que os prazos não permitiam essa situação, uma vez que a portaria foi publicada quando as convocatórias também estavam a sair para a assembleia do dia 28 de setembro. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que Celorico é um concelho do Interior, com o desemprego e a emigração a aumentar, a autarquia assumiu durante muitos anos um papel importante nesta área o que consequentemente provocou um incremento da despesa com Recursos Humanos, mas se assim não fosse, a realidade atual seria bem pior. -----

-----Disse que durante sete anos andaram a trabalhar, a fazer obra, a reduzir despesa, a criar emprego. Medidas populistas, tomaram algumas, ajudaram as pessoas do concelho, não podem olhar somente para os

números, à que dar atenção às pessoas e ao social. Resumindo, durante sete anos o Executivo andou a pagar dívidas de quem não soube gerir esta Câmara. -----

-----Disse que a autarquia não renovou contratos porque, nos termos da lei, já não era possível, mas se o fosse tê-los-ia renovado. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que em 2009, ano de eleições houve um aumento significativo de Recursos Humanos, deram emprego em troca de votos. É da opinião que houve uma evidente má gestão por parte do Executivo no poder. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que má gestão foi este Executivo ter que pagar dívida acumulada dos anteriores Executivos. Referiu que o comunicado do PSD, que circula pelo concelho, diz que em 2006 a dívida da Câmara era de aproximadamente 18 milhões, este Executivo tomou posse em 2005 e neste momento estamos a falar de 25 milhões de euros, incluindo a dívida à EMCEL, com um resultado negativo transitado de 1,5 milhões. Referiu que existia dívida não registada por anteriores Executivos, num total de 3 milhões de euros, à MRG, Sopovico e Chupas e Morrão, que este Executivo teve que pagar. -----

-----Disse que se somassem aos valores anteriores a dívida paga e por pagar das AdZC (contrato assinado pelo Executivo PSD) facilmente chegariam ao montante de 26 milhões de euros, dívida efetiva em 2005. E destes 26 milhões este Executivo pagou muita dívida. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** deu os parabéns ao Senhor Vice-Presidente pelos esclarecimentos. Referiu que de facto de 2005 para 2006 houve alguma contenção na despesa, nos anos seguintes podem ter pago muita dívida mas também contraíram muita. -----

-----Disse que os esclarecimentos do Senhor Vice-Presidente mostram que o Executivo tinha consciência que estava a afundar o concelho e nada



fez para alterar a situação. Relativamente ao reequilíbrio financeiro disse que neste momento não é uma opção, mas sim uma obrigação, porque se não for por iniciativa da autarquia, será decretado pela tutela, porque a situação financeira da autarquia assim o exige. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Senhor Vereador Victor Santos, enquanto eleito do PSD deveria de ter tido a preocupação de saber qual era a dívida real, em 2005.-----

-----Mencionou que o comunicado do PSD está cheio de mentiras. Disse que a dívida à data de 2005 devidamente atualizada são aproximadamente 26 milhões de euros.-----

-----Frisou que o partido que elegeu o Senhor Vereador nem sequer teve o cuidado de registar o património, existindo uma variação de 33 milhões, para 47 milhões de euros. -----

-----Disse que a nota explicativa sobre este comunicado é que o PSD não teve qualquer preocupação em retratar a verdade, que tinha obrigação de conhecer, uma vez que o Presidente da Concelhia foi ex-autarca deste Município. Referiu que o montante descrito no comunicado relativamente às despesas com Pessoal (7 milhões) está completamente desfasado da realidade (4 milhões), mas esqueceram-se de ver o investimento que este Executivo fez ao longo destes anos e que está à vista de todos.-----

-----Interpolado sobre a autoria do comunicado, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse nada ter a ver com o comunicado, mas que o mesmo retratava o tipo de política que se faz no concelho de Celorico da Beira, no entanto, o mesmo não constava da ordem de trabalhos desta reunião, pelo que, se fosse para continuar a falar sobre o comunicado do PSD, abandonaria a reunião.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** felicitou o Senhor Vereador pelo comentário que tinha acabado de fazer.-----

-----A Câmara, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-lei n.º 38/2008, de 7/3, deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois contra, propor à Assembleia Municipal, que emita declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira. Mais deliberou, aprovar o respetivo plano de reequilíbrio financeiro. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Apesar da inevitabilidade da declaração de desequilíbrio financeiro municipal e do respetivo Plano de Reequilíbrio Financeiro, consubstanciado numa mudança de atitude na forma de exercício do poder, que, desde 2010, em sucessivas reuniões de Câmara Municipal, temos vindo a reclamar, votamos contra o Plano de Reequilíbrio Financeiro apresentado, pelos seguintes motivos: -----

-----1. É agora apresentado um plano, no qual não é perceptível qualquer estratégia ou opções futuras, elaborado no segredo do executivo e seus assessores contratados, reforçando a postura de má gestão e prepotência que tem caracterizado esta gestão autárquica. -----

-----2. Ausência de reflexão e discussão séria sobre as causas do mau desempenho que conduziu a autarquia à necessidade deste plano de reequilíbrio, procurando justificar com a crise nacional atual, mascarar os problemas estruturais e as más práticas de gestão, que são muito anteriores à atual crise e para as quais, não se vislumbra qualquer mudança de atitude.-----

-----3. Consideramos que o plano apresentado foi elaborado para resolver a asfixia financeira no curto prazo, procurando, através de um exercício de manipulação de números, evidenciar uma viabilidade económica e financeira, baseada em pressupostos de boa gestão

camarária, que este executivo nunca soube, nunca quis, nem evidência capacidade e vontade para vir a por em prática. -----

-----4. Não acreditamos na bondade dos pressupostos de redução de despesa, bem como a capacidade do atual executivo vir a implementar o plano apresentado. Assim sendo, caso o plano venha a ser aprovado, para além de resolver os problemas da asfixia financeira de curto prazo, através da entrada de fundos provenientes do empréstimo, as más práticas de gestão e os problemas estruturais da autarquia ir-se-ão manter e agravar, e no final do programa, o município estará numa situação ainda pior do que a péssima situação atual em que se encontra”. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que subscrevia as palavras do Senhor Vereador Victor Santos, realçava o facto de este documento ter sido apresentado como um documento fechado, não podendo ser sujeito a alterações e não foi essa a ideia com que ficou, porque sempre foi dito que seria entregue uma versão preliminar para análise e discussão conjunta. ----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que como é hábito o Senhor Vereador Victor Santos lança suspeitas, mencionando que os dados do estudo foram manipulados. O estudo foi feito por uma entidade credível, mas se esse é o seu entendimento que denuncie o facto às entidades competentes. -----

-----**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO AO ABRIGO DA LEI N.º 43/2012, DE 28/8**-----

-----Nos termos da informação técnica, a Câmara deverá propor à Assembleia que autorize de forma expressa a contratação um empréstimo ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28/8, até ao limite máximo da lista de pagamentos em atraso. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções, propor à Assembleia Municipal que autorize de forma expressa a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, até ao limite máximo da lista dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integra o Plano de Ajustamento referido no n.º 2, do artigo 5.º, da Lei n.º 43/2012, conforme o n.º 2 do art.º 7.º da mesma lei.-----

-----**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO, NOS TERMOS DA LEI N.º 2/2007, DE 15/1**-----

-----Foi presente informação técnica, dando conhecimento que o mencionado empréstimo tem por finalidade a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, com as seguintes condições:-----

-----Montante do empréstimo: diferença entre o montante global de 25.000.000€ e o montante no âmbito do PAEL e que se estima em 17.500.000€ (25.000.000€ totais menos 7.500.000€ de empréstimo PAEL).-----

-----Finalidade: empréstimo de longo prazo no âmbito do art.º 41.º do Decreto-lei n.º 2/2007, de 15/1.-----

-----Prazo de empréstimo: 20 anos.-----

-----Período de carência de reembolso de capital: até janeiro de 2014.-----

-----Reembolso de capital/pagamento de juros: prestações mensais, constantes para o período total do empréstimo.-----

-----Taxa de juro: taxa de juro variável, relativa à Euribor a 6 meses, base 360 dias.-----

-----Comissões: Não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo.-----

-----Garantias: de acordo com a legislação em vigor.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos a favor e 2 abstenções, propor à Assembleia Municipal que autorize de forma expressa a contratação de um empréstimo de reequilíbrio financeiro ao abrigo do n.º 1, do artigo 40.º, da Lei n.º 2/2007, de 15/1, do valor da diferença entre 25.000.000€ (vinte e cinco milhões de euros) e o empréstimo concedido ao abrigo da Lei 43/2012, o qual se estima em 7.500€ (sete milhões e quinhentos mil euros).-----

-----Mais deliberou nomear como membros da comissão de análise do empréstimo supra referido, os seguintes funcionários da autarquia:

-----Dr.ª Joana de Fátima Marques Mendes Félix;-----

-----Dr.ª Elisabete Católico Figueiredo Mimoso;-----

-----Dr. José Manuel Teixeira Tavares.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 18:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----